

História do tempo presente, historiografia e subjetividade: reflexões sobre a escrita histórica e o ofício de historiador

History of the present time, historiography and subjectivity: reflections on historical writing and the profession of historian

Rubem Almeida Mariano
Mestre em Ciência da Religião (UMESP)

Resumo: O presente artigo é uma reflexão sobre a presença da subjetividade na constituição da escrita histórica e do ofício de historiador na área da historiografia em História do Tempo Presente – HTP. Tem como objetivos: o geral: contribuir com uma reflexão sobre a relação entre os conhecimentos do campo da HTP, da historiografia e da subjetividade com vistas ao estabelecimento da cientificidade desse campo, e o específico: ressaltar a presença da subjetividade como elemento epistemológico importante na escrita histórica e no ofício de historiador na área da HTP. A questão problema é: quais achados teóricos sobressaem quando se considera a presença da subjetividade na produção historiográfica e no ofício do historiador na área da HTP? Trabalhamos com a hipótese de que a subjetividade humana é elemento epistemológico presente, importante e dele decorrem implicações em toda a produção historiográfica e no ofício de historiador no campo da pesquisa relacionada à HTP. Essa hipótese tem como marco referencial as elaborações de Dosse (2012) e de Delacroix (2018). Metodologicamente este trabalho está no campo da produção teórica e interdisciplinar que envolve história, filosofia e literatura. Dentre outros, os achados são: a subjetividade como idiosincrasia do ofício do historiador e de sua produção historiográfica; a produção da escrita histórica no campo da HTP passa necessariamente pelo exercício crítico do historiador no trato com as fontes documentais; é peculiar à escrita histórica, na HTP, a construção de narrativas e interpretações mediada pela subjetividade social do historiador.

Palavras-chave: Escrita Histórica; História do Tempo Presente; Ofício de Historiador e Subjetividade.

Abstract: This article is a reflection on the presence of subjectivity in the constitution of historical writing and the profession of historian in the field of historiography in History of the Present Time – HPT. Its objectives are: the general: to contribute to a reflection on the relationship between knowledge in the field of HPT, historiography and subjectivity with a view to establishing the scientificity of this field, and the specific: to emphasize the presence of subjectivity as an important epistemological element in historical writing and in the profession of historian in the HPT area. The problem question is: which theoretical findings stand out when considering the presence of subjectivity in historiographic production and in the historian's craft in the HPT area? We work with the hypothesis that human subjectivity is a present, important epistemological element, and it has implications for all historiographic production and for the profession of historian in the field of research related to HPT. This hypothesis is based on the elaborations of Dosse (2012) and Delacroix (2018). Methodologically, this work is in the field of theoretical and interdisciplinary

production that involves history, philosophy and literature. Among others, the findings are: subjectivity as an idiosyncrasy of the historian's craft and of his historiographic production; the production of historical writing in the field of HPT necessarily involves the critical exercise of the historian in dealing with documentary sources; the construction of narratives and interpretations mediated by the social subjectivity of the historian is peculiar to historical writing at HPT.

Keywords: Historical Writing; History of the Present Time; Office of Historian and Subjectivity.

Introdução

François Dosse é um dos historiadores que observa de forma pertinente questões referentes à construção do campo do conhecimento em História do Tempo Presente-HTP e seu *status* de cientificidade. Essas questões são encontradas em seu artigo intitulado: “História do Tempo Presente e Historiografia”, publicado no ano de 2012, no Brasil. Apresenta um conjunto de reflexões que visa, por um lado, historicizar a emergência deste campo historiográfico e, por outro, deduzir sobre os problemas e desafios presentes na escrita da HTP (DOSSE, 2012).

Dosse (2012, p. 5) assim compreende logo nas primeiras páginas do seu artigo: “A noção de ‘história do tempo presente’ remete a uma noção que é ao mesmo tempo banalizada, controversa e ainda instável.”. Apesar de René Rémond (DOSSE, 2012, p. 6) já ter afirmado anteriormente: “a batalha está ganha” ao se referir à HTP como conhecimento estabelecido junto à comunidade científica.

O próprio Dosse (2012, p.6) contesta essa afirmação ao advertir: “Mas se tratava ainda de uma afirmação de caráter performativo, pois a prática ainda permanece suspeita e ilegítima; ainda não considerada científica; confinada como um domínio separado, muito marcada por uma relação incestuosa com o jornalismo.” Assim, observamos que sobressai um clima de dúvidas e divergências sobre o estatuto de cientificidade da HTP, quanto ao campo das publicações científicas desse conhecimento na área da História.

O presente artigo tem dois objetivos principais: um geral e o outro específico. O geral: contribuir com uma reflexão sobre a relação entre os conhecimentos do campo da HTP, da historiografia e da subjetividade com vistas ao estabelecimento da cientificidade dessa área de conhecimento, e o específico: ressaltar a presença da subjetividade como elemento epistemológico importante na escrita histórica e no ofício de historiador na área da HTP em História.

Este texto, por seu turno, tem como questão motivadora para o seu desenvolvimento a seguinte pergunta: quais achados teóricos sobressaem quando se considera a presença da subjetividade na produção historiográfica e no ofício do historiador na área da HTP? Trabalhamos com a hipótese de que a subjetividade humana é elemento epistemológico presente, importante e dele decorrem implicações em toda a produção historiográfica e no ofício de historiador no campo da pesquisa relacionada à HTP. Essa hipótese tem como marco referencial as elaborações de Dosse (2012) e de Delacroix (2018).

Metodologicamente, por sua vez, este trabalho está no campo da produção teórica e interdisciplinar. Foram utilizados referenciais teóricos de especialistas da área da ciência História, bem como procuramos proporcionar diálogos com outras áreas do conhecimento, como filosofia e literatura.

Do ponto de vista da estrutura e do desenvolvimento textual deste artigo, abordamos o tema da subjetividade e suas relações, especificidades e distinções na produção da escrita historiográfica e literária no contexto da produção no campo da HTP. Na tentativa de sermos práticos, fizemos referência às áreas da produção historiográfica e literária recentes. A primeira relacionada ao projeto de tese que desenvolvemos na Universidade Estadual de Maringá-UEM sob a orientação do Professor Doutor Reginaldo Benedito Dias. Essa produção historiográfica versa sobre o posicionamento político da Igreja Evangélica de Confissão Luterana – IECLB diante do regime militar, do AI-5/1968 a EMC-11/1978, durante os governos Médici e Geisel (MARIANO, 2021) e a segunda referência, no campo da literatura, versa sobre o livro romance de autoria do cubano Leonardo Padura (2018): “a transparência do tempo”.

Considerações iniciais

Ressaltamos que as reflexões apresentadas, neste artigo, nos remetem aos aspectos polêmicos inerentes e comuns, quando se trata de conceder, principalmente, a esses conhecimentos da HTP o *status* de cientificidade.

Dessa forma, notamos ainda que há suspeitas e preconceitos. Elas tendem a aumentar quanto mais esses conhecimentos têm relação com os conhecimentos epistemológicos baseados na

subjetividade e na sua importância, em nosso caso específico, para a compreensão da escrita histórica e do ofício de historiador no campo da historiografia da área da HTP em História.

Reiteramos, não obstante, que não temos nenhuma pretensão de solucioná-los ou de abordá-los em todas as suas dimensões ou aspectos possíveis. Uma vez que esse tema - HTP como *status* de cientificidade - na maioria das vezes é abordado *a priori* sob o prisma da tradição positivista, a qual, como sabemos, tem um forte imaginário social, na comunidade científica, como sendo o conhecimento científico e este no sentido da objetividade.

Assim, quando tratamos da categoria “subjetividade” e dos aspectos a ela relacionados, ainda pairam questionamentos e dúvidas epistemológicas e metodológicas. Não obstante, é importante frisar que as reflexões sobre esse campo da HTP oportunizam e possibilitam, por sua vez, um ambiente enriquecedor de questionamentos, das mais diversas naturezas, o que é positivo e extremamente necessário para o avanço da ciência e deste campo do conhecimento, em específico. Até porque todo e qualquer conhecimento, que pleiteia o estatuto de cientificidade precisa ser testado e comprovado. Não somente por seus pares, mas pela comunidade científica como um todo; bem como, deve ser continuamente verificado, para que o dito conhecimento científico possa permanecer sempre eficiente e eficaz, e, assim, cumprir os objetivos e conquistar o *status* e a respeitabilidade da comunidade acadêmica e intelectual como conhecimento científico.

Desenvolvimento

Concordamos e ampliamos o debate a partir das considerações de Dosse (2012) e de Delacroix (2018), que toda produção historiográfica, em especial, no campo da pesquisa relacionado à HTP é marcada de forma indelével e simultânea pela subjetividade humana e pelo ambiente cultural e social do tempo presente.

Este último, de forma especial, a partir das discussões apresentadas por Rouso (2016) sobre as interpretações possíveis sobre o nosso tempo, desde os possíveis significados de contemporâneo e as periodizações históricas possíveis de 1789, 1917, 1945, 1940, 1914, 1989 e 2001 até também as possíveis continuidades e descontinuidades associadas aos limites e fronteiras do campo de pesquisa da HTP.

Já com relação à primeira consideração: a subjetividade é um dos entendimentos amplamente reconhecidos nas áreas do conhecimento das ciências humanas e sociais. Ela guarda uma condição *sine qua non* do nosso tempo. De forma específica, toda e qualquer produção humana, em nosso tempo, está marcada por essa compreensão: o conhecimento científico é uma produção inexorável da subjetividade humana (MATOS, 2016). De tal forma, que a tradição apenas objetivista da ciência, não é de hoje que sofre duras e severas críticas à exemplo das clássicas defesas, como bem elaboradas e desenvolvidas de Thomas Kuhn (a estrutura das revoluções científicas), de Karl Popper (a teoria da falseabilidade), de Paul Ricoeur (sobre o caráter misto da epistemologia da História – objetividade e subjetividade), dentre outras (DOSSE, 2012 e DELACROIX, 2018).

Consideramos ainda, como Dosse (2012) que as reflexões sobre o tempo presente estão inseridas em uma rica e longa tradição, a qual ressaltamos, de forma peculiar, a passagem do século XIX para o século XX com a fenomenologia de Husserl. Este insistia sobre o presente e o tempo da consciência sob a sua magnífica elaboração da intencionalidade da consciência humana. Ou seja, toda consciência é consciência de alguma coisa, bem como se inscreve essa “intencionalidade longitudinal segundo a qual é ao mesmo tempo a retenção do que acabou de se produzir e a protensão da fase a vir” (DOSSE, 2012, p. 14). Assim, compreendemos a subjetividade como uma idiossincrasia que constitui o ato de ofício do historiador e de sua produção historiográfica sobre o tempo presente.

Nesse sentido, aprofundamos a presente reflexão sobre a subjetividade humana na escrita histórica e no ofício de historiador tomando outras observações pertinentes de Dosse (2012) e de Delacroix (2018) que ressaltam também a importância da noção do regime de historicidade a partir de Hartog (2013), o qual ressalta, por sua vez, de forma concomitante: “o espaço da experiência” e “o horizonte de expectativa”. Ambas as elaborações apontam o estado de confluência entre a historicidade e a subjetividade humana em História.

Assim, a escrita histórica, como produto cultural e social, é constituída e constituinte. Constituída pelas condições cultural, social, política, econômica e religiosa, as quais estão sob a esfinge, na atualidade, do chamado presentismo (o que mais adiante iremos refletir), ou seja, a HTP paradoxalmente tem tido o valor que tem, ao nosso modo de ver, justamente por ser uma produção peculiar e próprio deste tempo presente.

É constituinte, porque ela é produtora de compreensões e entendimentos da própria história viva que se desenrola e que faz parte; portanto, a epistemologia e metodologias da HTP são elementos extremamente necessários para os enfrentamentos sociais e culturais do nosso próprio tempo. Dessa forma, a produção historiográfica, sobre temas e eventos relacionados a HTP exala necessária e respectivamente regimes de historicidades, bem como regimes historiográficos. Logo, fica assinalada que a historiografia da HTP é um produto histórico e produz compreensões e interpretações históricas peculiares sobre temas e eventos circunscritos e relacionados ao nosso tempo. Nessa perspectiva, reiteramos a afirmação de Rousso (2016, p. 231): “a história do tempo presente constitui um antídoto e não um sintoma.”

Aprofundando um pouco mais a presente reflexão sobre a presença da subjetividade na escrita histórica e no ofício de historiador, e considerando o que até aqui já foi exposto, é oportuno refletirmos sobre a importância da epistemologia da HTP a partir do regime de historicidade.

Pergunta Dosse (2012): a relação com o passado mudou a nossa relação com o futuro: um novo regime de historicidade? Ele mesmo responde essa questão ressaltando as seguintes mudanças, as quais ele considera significativas: 1) há uma presença marcante do passado no espaço público, que não é nova, mas que ganhou intensidade; 2) vive-se uma crise de historicidade em função da crise de noção de futuro, conseqüentemente e 3) crise de todas as escatologias e colapso das teologias e, assim, modificado essencialmente, nossa relação com o passado. Nessa linha de raciocínio, conclui Dosse (2012, p.6) “[...]abrindo-o sobre um presente exposto, em uma forma de presentismo[...]”. E em seguida o referido autor assim comenta:

Esta situação é marcada pelo desaparecimento gradual de toda cronosofia que dá um sentido imanente à “flecha do tempo”. A busca por sentido deslocou a atenção para a ação no momento de sua realização. Isto colocou foco sobre o presente como detector de sentido relacionando-o com a memória, a comemoração, o patrimônio e a arquivização. A crise do futuro deixa cada vez mais indeterminado o que deve ser dignificado como histórico, gerando daí a indistinção daquilo que pode acionar o horizonte de expectativa. (DOSSE, 2012, p .6)

Exatamente aqui queremos, iniciar propriamente, a relação da presente reflexão com o projeto de tese e o livro já devidamente citados acima.

Primeiramente, a observação de Dosse ressalta que há uma presença marcante do passado no espaço público, que não é nova, mas que ganhou intensidade.

Observamos, desde 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, e, hoje em 2021, com o aprofundamento de sua política atual. Um passado recente que persiste no tempo presente. Na cena do espaço público sob a esfinge da busca de uma regime antidemocrático com uma face nova, que se tem denominado genericamente de patriotismo. Observamos que esse patriotismo se expressa numa atitude negacionista. Nega-se o conhecimento científico sob o argumento de expressão democrática. Boicota-se com atos dissimulados no espaço público por meio de palavras e ações. Combatem-se personalidades científicas, jornalísticas, intelectuais, artistas, religiosas dentre outros. Uma negação mais precisamente do outro, como se este não estivesse exercendo o patriotismo. Esses, por tanto, não são reconhecidos pelo presidente Jair Bolsonaro como interlocutores legítimos, dentro dos parâmetros de uma sociedade democrática de direito. É um dos muitos sintomas de irracionalidade que se vive em nosso tempo presente no Brasil.

Contudo, para garantir o estado democrático de direito, observamos que tem sido exigido, no limite do possível, dos outros poderes da República – Judiciário e Legislativo – intervenções constantes e urgentes com a finalidade de garantir as condições mínimas dentro dos marcos institucionais, as quais estão salvaguardadas na Constituição de 1988. Um exemplo é o voto impresso auditável como proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentado na Comissão de Justiça da Câmara de Deputados (BARBIÉRI, 2021). Todavia é justamente da relação desse governo com os direitos constitucionais – como o das garantias do cidadão ao direito do sufrágio sem ser cerceado, que nos faz observar que o passado antidemocrático desliza caprichosamente para o tempo presente.

No caso do Brasil, ao nosso ver, se vive um regime de historicidade presentista, o qual expressa uma crise do futuro, principalmente nos campos da política e do social. Para onde vai o Brasil? Quais os referenciais ou balizas como nação? Onde elas se encontram? Uma vez que se pode observar narrativas ou construções que suscitam eventos passados como se os mesmos ainda estivessem em disputa e não houvessem passado, mas permanecem presentes.

Referimo-nos objetivamente ao tempo do regime militar: os governos Médici e Geisel, de 1968 a 1978. Nesse período, o uso do poder do Estado foi extremamente abusivo no Brasil. As pesquisas e a literatura especializadas nos dão conta de narrativas de um período antidemocracia e contra sistematicamente os direitos humanos revelando um período marcado pelo poder estatal para matar, torturar e fazer sofrer física e mental centenas de pessoas identificadas ou não, que fizeram

críticas ou frente aos ideais do regime, conforme nos informa o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014).

Diante disso, compreendemos que uma pesquisa à luz da epistemologia da HTP pode contribuir para a construção coletiva de conhecimentos sobre o referido período no Brasil. De uma maneira especial, investigar arquivos históricos de uma instituição religiosa expressiva do sul do país – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB – com sua riqueza documental pode apontar vestígios e indícios para a construção de narrativas que possam dar sentido, norte ou lançar luzes sobre o tempo presente.

Ou seja, servir como referência histórica para o nosso tempo, que se encontra marcado pelas ameaças às instituições democráticas e públicas, como é o caso da Saúde Pública que tem sido solapada como no caso do combate a Covid-19. Um exemplo cabal do que se afirma é a crise sanitária – ações contra a Covid-19 pelo Governo Bolsonaro. Segundo a Fiocruz: “Brasil está na maior crise sanitária e hospitalar da história” (MONTEIRO, 2021).

Nessa perspectiva, ressaltamos que o tempo presente revela um passado que não quer passar (NOLTE, 1986). Guardadas as devidas proporções, como o passado nacional-socialista dos alemães com Hitler e o tempo presente na Alemanha dos nossos dias. Segundo Alvares (2015) a maioria da população alemã rejeita o nazismo, mas a extrema-direita persiste nos novos estados da Alemanha. Logo, notamos que vivemos um passado que teimosamente “pipoca”, “insistente” e até certo ponto, se apresenta de “forma intrusiva” e “latente”, como um transtorno de estresse pós traumático – TEPT – CID F43.1 (OMS – CID 10, 1993), no cenário público do tempo presente, em nosso caso, no Brasil.

Por outro lado, sem dúvida, que há algo de excepcional nesse passado que não passa. Por isso, esse tempo – do golpe e do regime – merecem sempre novos estudos e revisitações. Nessa direção, é que apresentamos o projeto, como uma pesquisa interdisciplinar relacionada ao segmento religioso – os evangélicos – que tem sido considerado, pela opinião pública como os fiéis apoiadores do atual governo e que num passado recente, também, apoiaram as ações ditatoriais de um governo militar que assumiu o poder por meio de um golpe contra o então presidente João Goulart em 1964.

Portanto, é imprescindível discernirmos como esse momento histórico foi constituído, nos meandros institucionais, entre líderes e liderados, durante os anos a serem pesquisados sobre o

regime, de 1968 a 1978, para compreensão do passado, mas também lançar luzes sobre o tempo presente e assim, poder construir leituras plausíveis que posso estruturar um futuro menos incerto ou caótico.

Afinal, o que nos acomete na atualidade, em especial, no campo político e social, no Brasil, é digno de nota. Essa relação do passado recente da política sob o mando do golpe e do regime com o Governo Bolsonaro no tempo presente. Como se esse passado deslizesse para o tempo presente. Nesse sentido, cabe a seguinte questão sem nenhuma pretensão de responder neste artigo - até porque essa questão já é assunto para um outro artigo - mas apenas queremos apresentá-la a título de exemplo de um passado que não passa como o ocorrido com João Goulart – Jango em 1964: o que ocorreu com a então Presidenta da República Dilma Rousseff, em 2014, não foi um golpe também?

Isso nos fez pensar nas sensações que tivemos ao ler o livro: “a transparência do tempo” entre passado e presente. Porque os capítulos se entrelaçam no desenrolar do romance, ora, no tempo presente de Mario Conde e ora no tempo passado de Antoni Barral. Sobre esse entrelaçamento entre passado e presente afirma Padura:

Em todos os casos em que busco contextos históricos, faço isso com um olhar ou intenção contemporânea, atual: a História me ajuda a iluminar e entender o presente, a comprovar que em essência a condição humana, uma vez que somos seres sociais, com comportamentos similares que, ainda que não possamos falar de circularidade no transcurso do tempo, suas espirais às vezes se aproximam tanto que se tocam e se replicam [...]. (ISTO É, 2018, p. 1)

É bem isso mesmo. Como espirais que se tocam e se replicam. Dá sentido ao tempo presente. Carregado de subjetividade e construções romanescas do passado e do presente, dentre outras questões que sobressaem.

É isso que percebemos ao ler o romance “a transparência do tempo” de autoria de Leonardo Padura. Um romance que conta a história de um ex-policia cubano Mario Conde, às vésperas de completar sessenta anos, assiste ao encolhimento da oferta de livros usados que era seu ganha-pão, assume um caso, a pedido de um ex-colega de escola, de nome Bobby, para recuperar a estátua de uma Virgem negra que lhe fora roubada. Como é comum em romance policial a história é cheia de mistérios e de reviravoltas.

Podemos observar que os capítulos são intercalados com o tempo presente da personagem principal, Conde, com as lendas que envolvem a escultura, a Virgem negra, tendo como pano de

fundo a zona rural da Catalunha, desde a Idade Média até a Guerra Civil Espanhola à imagem da santa negra pelas ruas de Havana do tempo presente de Conde, entre o submundo dos cortiços, do tráfico de drogas e da vida precarizada e o rico ambiente dos colecionadores e galeristas, muitas vezes envolvidos em contrabando e venda ilegal de obras de arte. Assim, passado e presente se entrelaçam, de forma dinâmica e criativa, a serviço da construção ficcional, de mais uma história do personagem Mario Conde.

Em nota sobre o romance, ao final do livro, o autor observa:

A transparência do tempo é um romance e deve ser lido como tal. A realidade presente e passada tem fundamentos históricos, contextos e cenários reais, mas trabalhados em função da escrita e do emprego romanescos. Como se diz agora: é inspirado (ver dicionário) em fatos reais. Os capítulos do romance que se deslocam para o passado são uma recriação completamente fictícia de personagens e cenários encravados em vários momentos históricos documentados. Respeitei a essência desses períodos ou situações, como sempre, numa ficcionalização que parte da pesquisa histórica exaustiva. A aldeia La Vall de Sant Jaume é obra da minha imaginação, e com ela tento reproduzir qualquer outra pequena aldeia da Garrotxa catalã, com sua estrutura e suas paisagens. A Virgem negra, Nossa Senhora de La Vall, também é fictícia, mas, como muitas outras Virgens negras românicas que existem ou existiram e desapareceram ou foram destruídas, tem uma história e uma origem que poderiam ter sido as que criei. Por sua vez, os episódios do presente cubano apoiam-se no conhecimento vivo e no questionamento de uma realidade que faz parte da minha própria vida e experiência, embora o procedimento investigatório da trama policial da qual Mario Conde participa seja pura ficção. (PADURA, 2018, p. 471)

Fizemos questão de transcrever essa citação, apesar de ser um pouco longa, para retratar o cerne das reflexões entre os dois gêneros textuais: científico e ficcional.

Observamos que é peculiar no tempo presente a construção da escrita marcada pela forma indelével da construção de narrativas ou de leituras interpretativas da história sobre o passado ou o presente. Ambos os gêneros, científico e ficcional, são construções que revelam seu modo próprio de ser. O primeiro, construído a partir de indícios e de vestígios de fontes documentais que alimentam e limitam a construção narrativa da escrita histórica. O segundo, como já devidamente esclarecido acima por Padura (2018), o gênero ficcional é construído levando em conta os fatos existentes, mas não é limitante para a construção da escrita, que se desenvolve de forma ficcional ao sabor do seu criador.

Dessa maneira, quando esse fenômeno ocorre, o que nos parece é que a condição angustiante outorgada pelo presentismo, para retomar as reflexões feitas até aqui, pode ser enfrentada inicialmente em busca de compreensões dos comportamentos sociais e políticos e,

posteriormente, desenvolver juízos a partir do sentido científico e ético, como observa Delacroix (2018) sobre o projeto da objetividade e da verdade da história em Paul Ricoeur, o qual chama de “imbricação do julgamento histórico e do julgamento moral”. Assim, como observa Padura: “a História (*passado*) me ajuda a iluminar e entender o presente”. (ISTO É, 2018, p.1 Grifo do autor).

Compreendemos que as reflexões sobre o tema, até o momento, têm mostrado aspectos necessários, como a subjetividade e o tempo; este último, por sua vez, mais relacionado ao quesito do regime de historicidade.

Caminhando para o final deste artigo, queremos abordar um pouco mais sobre a história como ciência e os aspectos subjetivos do ofício de historiador na produção historiográfica relacionada à HTP.

É importante e necessário registrar que a história como ciência tem vários objetos de investigação; por exemplo, a classe e tradicional divisão da história nos oferece as seguintes áreas como objetivo de pesquisa: história antiga, medieval, moderna e contemporânea. Todas exigem do historiador e de seu exercício o dever de responder à verificabilidade de suas asserções e de suas falsificações relacionadas às fontes e à fase documental, conforme observa Dosse (2012), sobre as elaborações teóricas respectivamente de Karl Popper e de Paul Ricoeur.

Diante disso, ressaltamos a importância da história como ciência primando pelos aspectos rigorosamente epistemológicos, metodológicos e éticos do historiador na produção da escrita histórica. Isso quer dizer no trato e no desenvolvimento do seu ofício, em especial, com as fontes documentais.

Observamos ainda, bem lembrado por Dosse (2012, p. 8), o conceito de Ricoeur de representância. Esse conceito assinala “[...] se a História é narração, discurso, escrita, ela carrega uma intencionalidade, que é aquela de seu horizonte veritativa [...]” (DOSSE, 2012, p. 8). Por isso, cabe ao historiador, no seu exercício, desenvolver a tarefa de construir uma história reflexiva e crítica das fontes, que leva em conta a âncora discursiva, compreende Dosse (2012).

Tal entendimento ressaltam aspectos da Subjetividade do carácter científico da escrita histórica e do ofício de historiador e, por sua vez, ambos os aspectos devem ser observados, na produção da escrita histórica, em especial, sobre a HTP, não como letargia do real, como observa Dosse (2012, p. 8-9), “[...], mas como expressão de uma tensão entre, de um lado, o desejo de

perceber o que aconteceu[...], e do outro, o questionamento que emana do presente do historiador [...]”. Essa percepção como observada por Dosse (2012) pode ser realçada e reforçada pelas palavras do romancista cubano Padura: “[...] em todos os casos em que busco contextos históricos (*do seu romance*), faço isso com um olhar ou intenção contemporânea, atual.” (ISTO É, 2018, 1 destaque do autor).

Desta forma, podemos notar que a produção da escrita histórica no campo da HTP passa necessariamente pelo filtro e pelo exercício crítico do historiador no trato com as fontes documentais, bem como da sua autopercepção sobre as suas próprias ações, as quais são necessárias para o cumprimento ético do seu ofício, como fazedor da história como ciência. Nesse particular, o historiador deve explicitar a partir do seu lugar de fala, de forma transparente. Isso implica em uma relação ética diante dos seus pares, da comunidade científica com um todo, e da sociedade em geral, onde ele se encontra.

Igualmente, podemos entender os aspectos apresentados e reiterados, neste artigo, sobre a presença da subjetividade na escrita histórica e no ofício de historiador, especificamente, sobre o fazer história científica, pois no ato mesmo de pesquisar revela-se a história como conhecimento mediado. Entre o posicionamento do historiador, em relação à pesquisa com os aspectos externos e internos; os primeiros marcados pelo distanciamento espaço-temporal e os internos pela intencionalidade subjetiva do historiador (lugar de fala e pertença social, cultural e política). Por isso, devem se envidar todos os esforços morais e éticos por parte do historiador. Por conseguinte, é redundante afirmar que fazer história é uma construção, como já assinalou Lucien Febvre (DOSSE, 2018). Ou seja, a ciência no fazer história tem na subjetividade uma de suas idiossincrasias.

Por fim, para corroborar com as reflexões e diálogos com os textos escolhidos, citamos os estágios apresentados no artigo de Dosse (2012), sistematizados sobre o “eu pesquisa” em Paul Ricoeur, em que este autor enfatiza de forma contundente a presença da subjetividade nos estágios do desenvolvimento da pesquisa:

1. Estágio: processo de armazenamento dos documentos: observa-se o exercício de escolher, julgar e de interpretar;
2. Estágio: explicar/compreender: observa-se a subjetividade histórica a partir da causalidade que o historiador quer enfatizar;

3. Estágio: subjetividade ativa: observa-se de forma ativa, dinâmica e criativa a intervenção da subjetividade humana: fazendo relação, análise e síntese entre o próprio sujeito do historiador e seu objeto de pesquisa, quer na linguagem do passado para o presente e na construção interpretativa para o tempo presente, ou seja, nomear termos contemporâneos (atuais), o que não é mais nomeado, pois são do passado. Um significativo esforço aqui deve ser empregado e;
4. Estágio: o caráter subjetivo e humano do conhecimento histórico: observa-se, de forma tácita, uma vez que a pesquisa tem de comunicada, ela é apresentada em um texto, na escrita histórica, o conhecimento construído e produzido pelo historiador.

Diante disso, conclui Dosse (2012, p. 9) que este e os demais estágios do “eu pesquisa” em Ricoeur apontam que: “a escrita histórica está em uma relação instável, presa entre o que lhe escapa, o que está sempre ausente e o desejo de tornar presente, ou ainda, de tornar visível o ter-sido”. Tal dinâmica, assinala mais uma vez a presença da subjetividade humana no trabalho do historiador.

Considerações finais

Podemos afirmar, considerando o que foi apresentado acima, neste artigo, que tomou as elaborações de Dosse (2012) e de Delacroix (2018) como hipótese, a qual seja: que toda produção historiográfica, no campo da pesquisa relacionada à HTP é marcada pela subjetividade humana. Essa hipótese se mostrou viável e sustentada racionalmente.

Sobre a questão que motivou o desenvolvimento deste trabalho, foram identificados alguns achados teóricos que sobressaíram a partir da subjetividade como elemento epistemológico importante na produção historiográfica e no ofício do historiador na área da HTP em História, os quais sejam:

1. Toda produção historiográfica, em especial, no campo da pesquisa relacionado à HTP é marcada pela subjetividade humana e pelo ambiente cultural e social.
2. A subjetividade é um elemento idiossincrático que constitui o historiador, seu ofício e sua produção historiográfica.

3. A escrita histórica, o historiador e a subjetividade humana têm relação direta com o regime de historicidade que aponta para as seguintes elaborações heurísticas: “o espaço da experiência” e “o horizonte de expectativa”.
4. A escrita histórica, como produto cultural e social, é constituída e constituinte do seu tempo.
5. A produção historiográfica, por sua vez, sobre temas relacionados a HTP exalam necessária e respectivamente regimes de historicidades, bem como regimes historiográficos.
6. A historiografia da HTP é um produto histórico que se apresenta como necessário para a produção de compreensões e interpretações históricas sobre temas e eventos circunscritos e relacionados ao tempo presente.
7. A produção historiográfica da HTP pode ser contextualizada num regime de historicidade presentista, que enaltece o presente como se o mesmo fosse uma força centrípeta puxando passado e futuro para o tempo presente, fazendo que ambos – passado e futuro – sejam ofuscados, bem como fazendo do passado como se o mesmo deslizesse constantemente para o tempo presente.
8. Ao relacionar o tema deste artigo com o projeto de pesquisa – o posicionamento da IECLB durante os governos Médici e Geisel, de 1968 a 1978 – à luz da epistemologia da HTP fica a compreensão que podemos contribuir com a construção coletiva de novos conhecimentos sobre o regime e de suas relações com as instituições religiosas no Brasil.
9. É peculiar à escrita histórica, na HTP, a construção de narrativas e interpretações mediadas pela subjetividade social do historiador sobre o passado ou presente.
10. A importância da história como ciência deve primar pelos aspectos rigorosamente epistemológicos, metodológicos e éticos do historiador na produção da escrita histórica, ou seja, no trato e no desenvolvimento do seu ofício e, em especial, com as fontes documentais.
11. Reiteramos que a produção da escrita histórica no campo da HTP passa necessariamente pelo exercício crítico do historiador no trato com as fontes documentais, bem como da sua autopercepção sobre as suas próprias ações e limitações, as quais são necessárias para o cumprimento ético do seu ofício, como fazedor da história como ciência.

12. Cabe ao historiador o dever de explicitar de onde fala. Pois de forma transparente, essa atitude implica numa relação ética diante dos seus pares, da comunidade científica e da sociedade em geral.
13. Por fim, ressaltamos que a escrita histórica da HTP a despeito do rigor científico que o valha, como produto humano, da subjetividade do historiador, aponta, dentre outras questões, para o universo efêmero da pesquisa com as suas limitações e instabilidades na apreensão do fenômeno histórico.

Referências bibliográficas

ALVARES, Rodrigo. Maioria da população alemã rejeita nazismo, mas extrema-direita persiste. *Uol*; São Paulo, 07 de maio de 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/05/07/maioria-da-populacao-alema-rejeita-nazismo-mas-extrema-direita-persiste-nos-novos-estados-federados.htm>. Acesso em: 12 de nov. 2020.

BARBIÉRI, Luiz Felipe. Comissão Especial da Câmara rejeita PEC do voto impresso; proposta deve ir a plenário. *G1*; Brasília, 05 de agosto 2021 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/05/comissao-da-camara-rejeita-pec-do-voto-impresso.ghtml> . Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

DELACROIX, Christian. *A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?* Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista do Programa de Pós graduação em História*, Florianópolis, v.4.n.1, p.5-22, jan/jun, 2012. 10.5965/2175180304012012005. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>. Acesso em 06 nov 2020.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

ISTO É. Em novo livro, Padura reflete sobre o presente a partir de dores passadas. *Caderno Cultural*, 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/em-novo-livro-padura-reflete-sobre-o-presente-a-partir-de-dores-passadas/>. Acesso em: 7 de jan, 2021.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

MARIANO, Rubem Almeida. *Do AI-5/1968 a EMC-11/1978: o posicionamento político da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB durante os governos Médici e Geisel. Projeto de tese (Doutorado em História Política)*. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

MATOS, J. *Os ideais de subjetividade e objetividade na história: o paradigma da verdade*. Disponível em: <http://www.uab.furg.br/course/view.php?id=1085> . Acesso em 15 jan. 2016.

MONTEIRO, Carlos Henrique. Brasil está na maior crise sanitária e hospitalar da história, segundo Fiocruz. *G37*, 20 de março de 2021. Disponível em: <<https://g37.com.br/c/brasil-esta-na-maior-crise-sanitaria-e-hospitalar-da-historia-segundo-fiocruz/brasil-esta-na-maior-crise-sanitaria-e-hospitalar-da-historia-segundo-fiocruz>>. Acesse em: 15 jan. 2021.

NOLTE, E. O passado que não quer passar – um discurso que não pôde ser escrito, mas não proferido. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 1986. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/364853980/20080623-passado-que-nao-quer-passar-pdf> Acesso em: 15 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID-10. Classificação de Transtornos Mentais e do Comportamento da CID- 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PADURA, L. *A transparência do tempo*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROUSSO, H. *A última catástrofe: a história, o presente e contemporâneo* / Henry Rouso; tradução de Fernando Coelho, Fabricio Coelho – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.